

Risco político afeta emissões de longo prazo

Liderança de partidos de oposição nas pesquisas eleitorais é considerada obstáculo

ADRIANA CHIARINI
e PAULO CABRAL

RIO – Enquanto no exterior o País lança títulos de 40 anos, no mercado interno, o prazo médio para papéis indexados ao dólar é de pouco mais de dois anos. Apesar do esforço continuado do Tesouro Nacional para alongar o perfil da dívida interna, hoje com prazo médio de 29,02 meses, analistas apontam vários fatores de insegurança que afastam os investidores de papéis de longo prazo.

Os motivos vão da falta de um mercado secundário amplo no País ao risco de ver no comando do governo um grupo político que admita a possibilidade de não pagar a dívida interna. Apesar dos bons indicadores macroeconômicos, os investidores não descartam o risco de desvalorizações cambiais e de novas altas nos juros internos para o longo prazo.

O economista-chefe do Banco Chase Manhattan do Brasil, Luis Fernando Lopes, avalia que o risco político é o principal limitador à colocação de títulos com prazos longos no Brasil. “O investidor não tem segurança para comprar papéis que vençam depois de 2002 com os dois partidos que estão na frente nas pesquisas eleitorais questionando o pagamento da dívida interna”, diz o economista, referindo-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Popular Socialista (PPS).

Fontes do PPS esclarecem que o partido não questiona a dívida pública, que é considerada legítima, nem quer dar calote. Dizem que o candidato do partido, Ciro Gomes, quer renegociar com poucos bancos que detenham um grande número



de títulos públicos um alongamento da dívida para quatro anos. Ciro, dizem, é o único autorizado a falar sobre o tema, mas ele não pôde responder ao **Estado** na sexta-feira, por estar em trânsito, visitando cidades do Mato Grosso.

O presidente do PT, José Dirceu, acusa os analistas que levantam a possibilidade de um calote num eventual governo petista de estarem apresentando uma posição ideológica e não técnica. “O calote não faz parte do dicionário nem do projeto do PT”, garante. “Esses analistas têm de ver como nos Estados governados pelo PT todas as dívidas são pagas corre-

tamente”, argumenta. Ele admite, porém, que seu partido é a favor de uma renegociação da dívida interna. “Mas só podemos discutir ou saber como será se estivermos no governo.”

PARTIDOS AFIRMAM SER CONTRA O CALOTE

Para economistas como Lopes ou o sócio da administradora de recursos Investidor Profissional, Emanuel Pereira, no entanto, essas propostas de renegociação da dívida anunciadas por

Ciro Gomes e pelo PT são calotes. “Há muitos mecanismos para um calote disfarçado na dívida interna, como alongamento compulsório de prazos ou tributação maior”, avalia Pereira.

Ele observa que, até por isso,

os títulos brasileiros são mais confiáveis no exterior. “Na dívida externa, um calote é um calote”, diz. “Eu não coloco dinheiro em aplicações com vencimento depois de 2002”, afirma.

Mercado – O consultor de investimentos Fernando Pinto Ferreira, da Global Invest, discorda. “Para mim, o que faz diferença é que aqui no Brasil não se tem um bom mercado secundário para os títulos”, diz. Ele argumenta que, se é possível vender o título antes das eleições, o governo que virá depois não é tão importante assim.

De acordo com Pinto Ferreira, “no exterior se compra títulos brasileiros para vencer em

2004, por exemplo, com a intenção de revender com lucro logo que o Brasil tiver uma reclassificação melhor da Moody’s (agência de classificação de risco) e não para ficar com o papel até o vencimento”, observa. “No Brasil é mais difícil de comprar um título de prazo longo porque se você precisar vender, não há certeza de que vai ter comprador”, diz o consultor.

Emanuel Pereira concorda que um mercado secundário amplo faz falta, mas observa que o risco político brasileiro não se limita à troca de governo. “O País tem de conviver com decisões da Justiça, como a do FGTS, que ficam a todo momento trazendo velhos esqueletos de volta”, diz ele. “O investidor de longo prazo precisa de estabilidade.”

Sem sentido – O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, considera que as incertezas já diminuíram bastante desde 1994 e estão se reduzindo ainda mais. “Hoje, com a inflação baixa e em queda, redução de juros, crescimento da economia e diminuição das incertezas, a dificuldade maior é o estágio ainda inicial de desenvolvimento do mercado de capitais”, diz.

Para o secretário, o questionamento sobre pagar ou não as dívidas interna e externa é uma discussão sem sentido. “Não tem essa relevância sobre as decisões de investimento”, diz. Para Barbosa, “os investidores prestam mais atenção a fundamentos da economia do que a factóides e plataformas políticas”. Argumenta que o lançamento com sucesso no exterior dos bônus globais de 40 anos e o fato de os investimentos diretos estrangeiros superarem US\$ 20 bilhões ao ano são provas de que os investidores confiam no futuro da economia brasileira.